

# Suzana Marly da Costa Magalhães.\*

## Oralidade e Cultura Escrita na Abordagem da História da Alfabetização

**RESUMO:** A partir do século XVI, consubstanciou-se a ampliação progressiva do acesso à cultura escrita, ensejando a emergência de numerosos campos de estudo do fenômeno. A história da cultura escrita, por exemplo, na perspectiva da história cultural, serve como via de acesso à cultura, porque expressa os valores de determinados grupos e/ou da cultura mais ampla, o que nos remete às questões de identidade e formação de mentalidades. A cultura escrita também foi abordada a partir de um crivo que ilumina suas raízes precípua – a oralidade. Neste sentido, na abordagem antropológica, Jack Goody realçou os modos de comunicação como fator influente na configuração do pensamento e da organização social. Na área de literatura, Parry e Lord, dentre outros, destacaram as peculiaridades do modo de comunicação oral para esclarecer as características distintivas de textos canônicos da literatura ocidental, tais como a obra homérica. Mas a cultura escrita não é uma realidade homogênea, e também favorece distintos efeitos mentais, atitudinais e sociais, dependendo do tipo de escrita, de sua materialidade ou modo de apropriação nos diversos contextos sociais. É a contribuição atual da linguística. Estas vertentes de análise da cultura escrita/oralidade foram incorporadas ao campo da história da alfabetização, como área que visava a enquadrar especificamente o fenômeno do letramento. A partir destas diversas contribuições, a história da alfabetização se desdobrou em 4 vertentes de pesquisa: a busca das relações entre alfabetização e estrutura social – entre escrita e poder; entre alfabetização e escolarização; entre alfabetização e racionalidade; entre os modos de comunicação – oral e escrito, o que envolve a história da escrita, da leitura, do impresso, em seus processos de produção e apropriação. Evidencia-se a ausência relativa de estudos, no Brasil, sobre a passagem de culturas ágrafas às culturas da escrita, uma história ainda por ser empreendida para se evitar a ilusão da dicotomia estanque e da transformação brusca, que opõe, a cultura escrita ao iletrismo.

**Palavras-chave:**

oralidade, cultura escrita, história da alfabetização.

## I A difusão progressiva da cultura escrita

O fenômeno mais destacado no campo educativo do século XX consubstancia-se na ampliação progressiva do acesso à cultura escrita. Deste modo, a difusão do texto escrito revelou-se gradual, mas inexorável, embora com ritmos e níveis de completude diversos, a partir de uma trama complexa de fatores econômicos, políticos e culturais. Um fator influente foi o protestantismo, que ensejou o letramento formal e informal pela ênfase da necessidade de leitura da Bíblia (ou do catecismo autorizado pelas Igrejas), como condição de salvação pessoal. Outro fator que favoreceu a difusão do letramento foi o surgimento da Indústria Cultural e as transformações tecnológicas na imprensa, que ensejaram a proliferação de jornais, revistas e livros; cumpre ressaltar ainda, sem dúvida, a tese iluminista de defesa da escola para a formação do cidadão induziu à lenta implantação de sistemas públicos de ensino, conducente à expansão do letramento nas camadas populares, antes ágrafas.

O panorama delineado a partir do Renascimento (séculos XIV- XVI) foi, portanto, de progressiva produção e circulação do escrito que, obviamente, obedeceu a processos distintos na elaboração, materialização e apropriação dos textos a partir das diferentes clivagens geográficas, etárias, sexuais, de autores e leitores. Sobretudo, a difusão da cultura escrita e a escolarização não se consubstanciavam como termos sinônimos. A escola se configurava como apenas um dos *locus* de aprendizagem da cultura escrita que, neste período, espraiava-se no entorno.

Esta não era uma conjuntura exclusivamente ocidental. A colonização (séculos XVI-XVIII), a dominação imperialista (século XIX) e a descolonização (Séculos XX) nas Américas, África e Ásia engendraram processos de difusão da cultura escrita em moldes ocidentais através dos imperativos da urbanização, dos sistemas econômicos de exploração agro-extrativista/comércio e da implantação de administrações burocráticas, que vieram mesclar-se (ou não) a tradições escritas autóctones, em seus diferentes usos. De fato, no mundo inteiro, evidenciava-se a expansão da cultura escrita em sociedades que, em maior medida, apresentavam padrões de agrafismo – e esta realidade era geral, mesmo no Velho Mundo. Precisamente, foi a novidade da Modernidade (século XVIII): a democratização (irregular, mas pretendida intencionalmente) da cultura escrita, como requisito para as Luzes.

Com efeito, o Iluminismo urdiu a convicção de que o letramento se apresentava como fator influente no desenvolvimento industrial, moral e cívico: o mito da

alfabetização, consensual a partir do século XIX, no âmbito da 2ª Revolução Industrial no Continente europeu. O efeito institucional foi o surgimento de numerosas campanhas de alfabetização e de ampliação do atendimento escolar estatal até a implantação dos sistemas públicos de ensino atuais.

## 2. Estudo da Cultura Escrita e da Cultura Oral

A difusão do letramento ensejou a emergência de numerosos campos de estudo do fenômeno dos modos de comunicação - escrito, oral, imagético - em suas múltiplas dimensões, alinhando psicólogos, antropólogos, educadores, estudiosos de literatura, linguistas, sociólogos e historiadores, na investigação da mutação cognitiva, política, econômica, cultural, a partir dos diferentes níveis de difusão da cultura escrita, formal ou informal.

A história cultural também é um campo destacado de estudos do fenômeno do letramento. A sua tônica principal foi a superação da oposição sócio-antropológica entre estrutura e evento, cultura e indivíduo, infra e superestrutura, ao infundir a trama simbólica nas ações, interações e instituições do imaginário, mas, outrossim, na vida material. Com efeito, é na 4ª geração dos *Annales*, consubstanciada na obra de Chartier, que se realça o fenômeno das mentalidades, em novos moldes, sem a mera descrição desenraizada, nem atando-as às “prisões de longa duração”, estranhas aos fenômenos de conflito. A idéia fundamental é descrever a lógica específica dos bens culturais, ponderando as suas diferenciações internas por clivagens étnicas, sexuais, religiosas, regionais, e os fenômenos de apropriação cultural e luta. Aí, forçosamente se consideram os fatores institucionais, as tradições constituídas, atravessadas de relações de poder.

O interesse de Chartier e de outros membros da “nova história cultural” na cultura escrita se devia ao fato de que era uma via de acesso à história social e às mentalidades. Com efeito, a abordagem da elaboração, produção, circulação e apropriação dos textos, em sua variada materialidade, permite a análise das políticas culturais, das referências ideológicas dos grupos que escrevem e que leem. Aqui, a linguagem textual envolve a escrita e a imagem, que deve ser decifrada, pois remete a um mundo exterior e ao imaginário de autores e leitores. A história cultural dos textos termina, então, por se reportar à função descritiva e normativa da linguagem, onde há o reflexo de mentalidades e práticas, ao mesmo tempo em que as constituem. A história do livro, da leitura, da escrita se consubstanciam, portanto, como instrumento de reconstituição da cultura, traduzida no binômio conjugado de percepções e práticas: “Ninguém fez mais do que Chartier para colocar a história do livro

no fluxo principal da história da cultura (...) a cultura não se situa acima e abaixo das relações econômicas e sociais, nem pode ser alinhada com elas: todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem de representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido ao seu mundo”. (Chartier IN Hunt, 1992, p. 11).

A história da cultura escrita, na perspectiva da historia cultural, serve, pois, como via de acesso, portanto, à cultura, porque expressa os valores de determinados grupos e/ou da cultura mais ampla, ao mesmo tempo em que pode transformá-los; por isso, a história da cultura escrita revela-se fecunda, na análise dos processos de perpetuação/transformação social, por demarcar o influxo de representações e seus agentes e a recepção idiossincrásica dos atores, o que nos remete às questões de identidade e formação de mentalidades.

A cultura escrita também foi abordada a partir de um crivo que ilumina suas raízes precípua – a oralidade. Neste sentido, impõem-se análises da antropologia, da literatura e da linguística que visam a esclarecer as diferenças mentais e sociais dos dois modos de comunicação e suas relações, o que não foi focado pela história cultural, que não tematizou propriamente a oralidade, enfatizando as práticas e a materialidade da cultura escrita.

Nesta perspectiva, a antropologia da escrita avulta como campo de estudo destacado ainda na primeira metade do século XX. Jack Goody é considerado um dos pioneiros na análise das consequências institucionais e mentais da escrita em sociedades ágrafas da África, do Ocidente medievo, da Ásia, em copiosas avaliações etnográficas e históricas. Originariamente de formação em Literatura, enveredou, após a 2ª Guerra (1938-1945), para a antropologia, sob a influência inicial do funcionalismo de Malinowsky, Radcliffe-Brown e Parsons, superadas, depois, pela influência de Marx e Weber. Endossou a abordagem plurifatorial, weberiana, refletida na ponderação do letramento, a par de componentes de natureza cultural/política/econômica, no advento dos fenômenos de transformação e perpetuação social. Um outro aspecto da teoria weberiana influente em Jack Goody foi a tese da racionalização, como tendência tipicamente ocidental, de articulação estreita entre meios e fins - o planejamento da ação - com o intuito da otimização de recursos e tempo, a matematização do espaço e do tempo, a intelectualização do mundo e da vida, banindo o sobrenatural. Em Jack Goody, a racionalização surge como o corolário da irradiação da escrita, em um *crescendo* que vai da escrita pictográfica, figurativa, à escrita alfabética, e daí, para a revolução da imprensa, conduzindo à progressiva abstração, descontextualização e, portanto, capacidade de generalização.

Uma outra dimensão da difusão da escrita, não cognitiva, seria a esfera institucional e cultural. Com efeito, Goody não se centrou somente na emergência de uma “razão gráfica” fundada na seriação, classificação, tipologização múltipla, flexível e planejada do real, mas, outrossim, nos efeitos institucionais e sociais da escrita – na administração estatal e privada, na organização das igrejas e nas doutrinas religiosas, na educação, no comércio, nas relações de poder e subordinação de diversos contextos (Goody, 1986). Neste sentido, Jack Goody realçou, à moda weberiana, sem determinismos, os modos de comunicação como fator influente na configuração do pensamento e da organização social, a par de fatores econômicos, políticos e culturais. Nesta perspectiva, o letramento, em seus distintos formatos linguísticos, modelos de alfabetização e materialidade (formato manuscrito ou impresso) se apresentava como fenômeno destacado na invenção da vida social – em suas relações de poder, na formação de mentalidades, no funcionamento das instituições.

Na área de literatura, despontaram áreas centradas nos efeitos mentais e formais dos modos de comunicação. Foi a contribuição de Parry e Lord, dentre outros, que destacaram as peculiaridades do modo de comunicação oral para esclarecer as características distintivas de textos canônicos da literatura ocidental como a obra homérica, a Bíblia e um vasto repertório de textos literários que haviam sido considerados como o ápice da cultura escrita. Analisaram-se aqui as características da cultura oral, centrada na adição de detalhes ao invés da subordinação lógica se-então e de outros modos de argumentação causal. Pode-se, portanto, realçar a tendência mais concreta, não abstrata, da cultura oral, o que se deve ao modo de elaboração do discurso, que se apóia na empatia com o público e na memorização, por ausência ou rarefação do material escrito (Ong, 1998). Outro aspecto da cultura oral consiste no seu tom agonístico, ensejando combates verbais, o que se opõe à cultura escrita, que engendra abstrações que afastam o conhecimento da arena de luta entre as pessoas. Nesta perspectiva, portanto, a cultura escrita é encarada a partir da abordagem dos modos de comunicação, distando, epistemológica e socialmente, da cultura oral.

Mas a cultura escrita não é uma realidade homogênea, e também favorece distintos efeitos mentais, atitudinais e sociais, dependendo do tipo de escrita (alfabética, silábica, dentre outras), de sua materialidade ou modo de apropriação, nos diversos contextos sociais. Se é manuscrita, impressa ou eletrônica, com diferentes contextos de aprendizagem ou de uso social, de suas relações com o poder, em seus vários matizes, engendrará diferentes implicações psicológicas e sociais. É a contribuição atual da linguística ao problema das diferenças entre os modos de comunicação, que busca abordar

as complexas relações entre a oralidade e escrita como instâncias que são heterogêneas *per si*, porque há diversas formas de oralidade e de cultura escrita, que sempre se interpenetram; neste sentido, pode-se definir a oralidade como constitutiva do escrito, que se traduz como produto cultural essencialmente híbrido: o escrito se impõe como instância fundamentalmente dialógica e textual, a um só tempo, que reflete a fusão de gêneros orais e escritos, de temas e práticas de apropriação oriundos da tradição oral e escrita (Signorini, 2001). Convém ressaltar que esta abordagem torna-se capaz de esclarecer as mentalidades e as práticas sociais devido ao fato de que a difusão da cultura aconteceu sempre em contextos de intensa oralidade, onde a escrita despontava a partir e contra o universo de comunicação oral. A oralidade e a escrita seriam modalidades discursivas que se ordenariam, imbricadas, num *continuum*, sendo inviável a polarização estanque; neste sentido, impõe-se uma abordagem etnográfica, ecológica, para demarcar o uso social dos dois registros entrelaçados, uma vez que existem múltiplas modalidades de oralidade e de escrita, a serem apropriadas das mais diversas formas. Impõe-se, portanto, a ponderação do imbricamento dos gêneros nos dois registros – o oral e o escrito – e a sua inserção em contextos de usos diversos, nas visões de mundo, nas relações de poder, nas instituições e relações sociais.

### 3. Cultura Escrita e Cultura Oral na Abordagem da História da Alfabetização

Estas vertentes de análise da cultura escrita/oralidade – a antropologia da escrita, a literatura, a linguística, a história cultural - foram incorporadas ao campo da história da alfabetização, que se firmou como área efetivamente interdisciplinar, que visava a enquadrar especificamente o fenômeno dos modos de comunicação, ampliando o conceito de alfabetização e os diversos parâmetros de letramento. A partir destas diversas contribuições, a história da alfabetização se desdobrou em 4 vertentes de pesquisa: a busca das relações entre alfabetização e estrutura social – entre escrita e poder, onde se visa a retratar a escrita como fator de organização pessoal e grupal; entre alfabetização e escolarização; entre alfabetização e racionalidade; entre os modos de comunicação – oral e escrito, o que envolve a história da escrita, da leitura, do impresso, em seus processos de produção e apropriação.

*tem-se entendido que um eixo de evolução fundamental para a história da alfabetização reside na evolução dos meios de comunicação, mediante o uso de linguagens verbais e não-verbais, à verbalização e à escrita, com toda a evolução ao nível simbólico e ao nível de suportes e formas*

*de organização da escrita, passando pelo livro e pela imprensa tipográfica, até os modernos meios de audiovisual e da informática. Culminando toda a difusão cultural com a apropriação de conhecimento e a sua transferência para as práticas do cotidiano, um outro eixo de evolução da história da alfabetização tem sido ensaiado a partir da produção, decodificação e apropriação dos discursos – uma história da leitura e da escrita. (Magalhães, 1998, p. 29).*

Trata-se, pois, de considerar a história da alfabetização como abordagem centrada nas diversas dimensões dos modos de comunicação – em seus diversos suportes materiais – nas suas implicações cognitivas e sócio-culturais, para explicar em que medida o modo de comunicação pesou no cotidiano de indivíduos e grupos sociais: na constituição da realidade histórica. Em síntese, qualquer gênero de modo de comunicação se alinha como objeto da história da alfabetização, ou seja, as produções discursivas – matemáticas, verbais, escritas e orais – e as imagéticas, ponderadas em suas relações de imbricamento e desvio.

De fato, evidencia-se a ausência relativa de estudos, no Brasil, sobre a passagem de culturas ágrafas às culturas da escrita, um objeto crucial na área da história da alfabetização. Este objeto tem escapado às análises da história cultural e da história da educação, por não tematizarem, explicitamente, a categoria de modo de comunicação como instância que formata práticas sociais, mentalidades e interações sociais. No Brasil, não existe a área de história da alfabetização, o que se consubstancia como fato inexplicável devido à arraigada tradição de analfabetismo no País, e que ainda perdura, de modo disfarçado pelas políticas oficiais, na forma da aprovação compulsória dos alunos até o ensino de pós-graduação, apesar da insuficiência das suas habilidades de letramento para estes níveis de ensino. De fato, o analfabetismo foi sempre a tônica da educação brasileira que, tradicionalmente, sempre foi marcada por uma educação escolar voltada para a elite fundiária e burocrática, em detrimento da maioria da população, um fato que nem a expansão da rede de ensino público conseguiu reverter significativamente. Assim sendo, convém introduzir no País uma área de estudos que analise as diversas manifestações de letramento, seja as escolares, seja as informais, que identifique pólos de irradiação da cultura escrita, o seu nível de impacto sobre a sociedade, e as relações estabelecidas entre as práticas de oralismo e a cultura escrita. A história da alfabetização configura-se como um campo de pesquisa relevante a ser instaurado no País, pela sua virtualidade de catalizar aportes teóricos fragmentados da Linguística, Psicologia, História cultural, no enfoque do modo de comunicação. Além disso, empreende a utilização da

<sup>9</sup> Ferreira, Jaqueline. O Corpo Sínico In Saúde e Doença: Um Olhar Antropológico. Org. Paulo César Alves et al. Rio de Janeiro: FioCruz, 1994.

<sup>10</sup> Ob.cit.

<sup>11</sup> Kujawski apud Reis. Ob.cit.

contribuição de áreas pouco conhecidas no País, como a antropologia da escrita. É uma história ainda por ser empreendida para se evitar a ilusão da dicotomia e da transformação brusca, que opõe, de modo abrupto e estanque, a cultura escrita ao iletrismo, como se não existissem transições, superposições e o enlace estreito dos modos de elaboração e transmissão do conhecimento. Com efeito, ainda está para ser feita uma história da alfabetização no País, nas suas diversas dimensões, cognitivas ou socio-culturais – da letramento incipiente ou avançada, em suas complexas relações com a oralidade.

**Mot-clés:** culture écrite ; culture orale, l'histoire de l'alphabétisation

**RESUMÉ:** A partir du XVII<sup>e</sup> siècle, la culture écrite s'est répandue dans tout le monde en favorisant l'apparition de plusieurs disciplines qui analysaient ce phénomène : l'histoire culturelle a étudié la culture écrite afin de décrire la culture matérielle et spirituelle des groupes et de toute la société, par le moyen d'une description des identités et mentalités; caractérisant la culture écrite à partir de l'oralité, la perspective anthropologique de Jack Goody a mis l'accent sur les codes de communication dans la pensée et structure sociale ; dans la perspective de la littérature, Parry et Lord ont analysé les caractéristiques principales de l'oralité pour mieux éclaircir les fondements d'oeuvres très connues et respectés de la littérature occidentale; dans la perspective de la linguistique, la culture n'est pas une réalité homogène : il y a une liaison étroite entre l'écrit et l'oralité où les effets psychologiques et sociaux dépendent des types d'apprentissage de l'écrit et de leur utilisation sociale. Tous ces clivages théoriques ont été appropriés par l'histoire de l'alphabétisation qui a essayé de décrire les processus d'apprentissage de la lecture et de l'écrit et leurs effets sociaux. L'histoire de l'alphabétisation s'est présentée sous plusieurs formes: la quête des relations entre l'alphabétisation et la structure sociale – entre l'écriture et le pouvoir; entre l'a élaborée pour contester l'illusion de la dichotomie profonde entre l'écrit et l'oralité.

## Referências Bibliográficas

CHARTIER, R. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

GOODY, J. *La raison graphique: la domestication de la pensée sauvage*. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.

\_\_\_\_\_. *a lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1986.

\_\_\_\_\_. *L'homme, l'écriture et la mort*. Paris: Les belles Lettres, 1996.

HUNT, L. (Org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, (Coleção o homem e a história).

MAGALHÃES, J. P. *Alquimias da escrita: alfabetização, história e desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001, (Coleção Estudos CDAPH – série Historiografia).

\_\_\_\_\_. Linhas de investigação em história da alfabetização em Portugal – um domínio do conhecimento em renovação. Sociedade Portuguesa das ciências da educação: Seminário de Leitura e escrita em Portugal e no Brasil (1500- 1870), 1998.

MELO E SOUZA, A. C. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária, 8ª edição, São Paulo: T.A Queiroz, 2000.

ONG, W. Oralidade e cultura escrita. São Paulo: Papyrus, 1998.

SIGNORINI, I. Investigando a relação oral-escrito e as teorias de letramento. São Paulo: Mercado de letras. 2001.